

Desafios da economia brasileira

Antônio Carlos Navarro*

A retomada do crescimento econômico que se mostrou sustentável e equilibrada nos primeiros meses deste ano, notadamente a partir de abril, corre o risco de enfrentar duros obstáculos logo no início de 2001. A questão básica está na incapacidade da economia brasileira em gerar superávites comerciais capazes de dar fôlego aos números do balanço de pagamentos. Os especialistas admitem que a meta para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano, de 4,5%, pode ser irremediavelmente comprometida pela conjunção de três fatores básicos: a crise econômica na vizinha Argentina, o refluxo da economia americana e a instabilidade nos preços internacionais do petróleo.

Esses fatores, por si só, impediram a queda sustentada da taxa básica de juros no Brasil, hoje em 16,5%, afetariam a retomada do crescimento econômico e criaram óbices ao desenvolvimento devido ao comprometimento das contas externas do País, ainda monitoradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O menor dos problemas, felizmente, está no controle da inflação, cujos índices, apesar do anúncio de preços reais para



Antônio Carlos Navarro

os combustíveis, não deverão afetar a austeridade monetária e fiscal colocada em prática pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Existe uma clara divisão dentro da equipe econômica do Governo sobre o melhor caminho a ser seguido para que o País volte a ter saldos comerciais compatíveis com a estrutura, com o Balanço de Pagamentos e com o peso de ser o Brasil a nona potência econômica mundial. Tal diversidade pode ser constatada no episódio que teve como protagonistas os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Alcides Tápias, do Desenvolvimento, cujo pano de fundo é questão de se conceder ou não mais incentivos fiscais e creditícios ao setor exportador.

A equipe econômica do presidente Fernando Henrique, justiça seja feita, traz em si mesma o trauma da época do

Estado paternalista, dos incentivos fiscais sem critérios, onde milhões e milhões de reais ou antigos cruzeiros foram, literalmente, jogados na lata do lixo. As denúncias recentes sobre a concessão de financiamentos a empresas inidôneas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), é apenas um exemplo entre muitos outros para justificar a cautela das autoridades em relação ao assunto.

É óbvio que o Governo central não pode virar as costas para o setor produtivo apenas devido a temores sobre se os incentivos serão ou não devidamente aplicados pelo setor privado. As limitações do parque industrial brasileiro, apesar dos inúmeros esforços de modernização desde o advento do real, ainda são causas determinantes da ínfima participação do Brasil no mercado mundial.

Sem um verdadeiro choque tecnológico, as empresas nacionais continuarão a enfrentar dificuldades e obstáculos quase intransponíveis para fazer com que os produtos brasileiros penetrem no mercado europeu, americano ou japonês. É verdade também que a globalização da economia mundial trouxe um dado pouco analisado por muitos aqui e alhures: o protecionismo velado dos gigantes

da economia mundial (caso óbvio dos Estados Unidos), que pretendem exportar capital e tecnologia, garantindo os empregos de seus trabalhadores em detrimento de nações como o Brasil, Índia, Argentina e outras tantas.

Diante de tais dificuldades, não basta apenas jogar pedras no ministro Pedro Malan, defensor intransigente das leis da oferta e da procura, com intervenção mínima do Estado no processo econômico. Cabe ao Presidente Fernando Henrique atuar como verdadeiro magistrado em seus dois últimos anos de administração, buscando fórmulas criativas capazes de superar o aparente impasse em que nos encontramos.

Ao mesmo tempo, os empresários terão de buscar, cada vez mais, a racionalidade, a redução de custos, a formação competente da mão-de-obra e o desenvolvimento tecnológico com armas capazes de furar o bloqueio que ainda impede o Brasil de se tornar um grande "vendedor" de produtos e serviços num mundo globalizado e sem regras capazes de garantir a sobrevivência de grandes e pequenos.

*Antônio Carlos Navarro é presidente do Conselho Diretivo da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-DF)